DOCUMENTOS OFICIAIS E A INTERFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO: PROGRESSOS OU RETROCESSOS

FONSECA, Graciane Mendes
Graciane025@hotmail.com

ARAÚJO, Maria José de Azevedo. (Orientadora)
Mestra em Educação pela Universidade Federal de Sergipe, professora do curso de Letras da UNIT e dos cursos de Pedagogia da Associação de Ensino e Cultura Pio Décimo e da Associação de Ensino e Cultura São Luis de França.
azevedo1956@bol.com.br

RESUMO

Em virtude da pouca, ou quase nenhuma experiência dos alunos com a leitura, há uma grande dificuldade em construir um sentido preciso para os textos. Daí a tendência a se acatar as respostas homogeneizadas e autoritárias dos livros didáticos. A prática da leitura acaba sendo colocada como sinônimo de vida, simples passatempo ou lazer, diminuindo sua carga cultural além de perder um modelo para as convenções gramaticais. A leitura no contexto escolar, não só de textos literários como também dos demais gêneros, diminui o distanciamento entre o ensino de língua e a prática da leitura que por sua vez promove a habilidade discursiva e semântica dos educandos. Nesse sentido, nota-se um desencontro entre a realidade na sala de aula e as sugestões expressas nos Parâmetros Curriculares Nacional (PCN), uma vez que o documento aconselha a leitura desde o Ensino Fundamental I (BRASIL, 1997). Nos discursos dos educadores, a leitura é classificada como arte. Um instrumento para passar valores morais, uma fotografia da realidade, ou seja, expressão histórica de determinado contexto social, da cultura e dos costumes de um povo. Esta visão está muito próxima das definições e justificativas educacionais que sempre estiveram nas práticas escolares. Os PCN propõem que os professores sejam mais criativos e inovadores e

transformem a leitura em algo que promova o despertar o indivíduo para o conhecimento. As escolas têm priorizado a alfabetização em seu sentido mais restrito, não oferecendo práticas significativas de leitura e escrita. Este artigo é resultado de uma pesquisa qualitativa bibliográfica e busca refletir e inferir sobre o impacto da legislação nas práticas educacionais.

Palavras Chave: Documentos Oficiais (Parâmetros Curriculares Nacionais e Leis de Diretrizes e Bases), livros didáticos, educador e educando.

ABSTRACT

Because of little, or almost no experience of the students with reading, there is a great difficulty in building a sense need for the texts. Hence the tendency to accept the answers homogenized and authoritarian of the books educate. A practice of reading has been placed as a synonym of life, simple hobby or recreation, reducing its load cultural addition to losing a model for the grammatical conventions. The reading in school, not only of literary texts but also of other genres, reduces the distance between the teaching of language and the practice of reading which in turn promotes the ability discursive and semantics of students. In that sense, there is a mismatch between the reality in the classroom and suggestions expressed in Parameters Curricular Nat ional (PCN), since the document advises the reading from the primary education I (BRAZIL, 1997). In reading the speeches of educators is classified as art. An instrument to pass moral values, a picture of reality, or expression of a particular historical context social, culture and customs of a people. This vision is very much of the definitions and supporting educational practices that have always been in school. The NCP proposing that teachers be more creative and innovative and transform the reading into something that promotes awaken the individual to knowledge. The schools have priority to literacy in its narrower sense, not offering significant practice of reading and writing. This article is a result of a qualitative research and bibliographic search and infer reflect on the impact of legislation on educational practices

Keywords: Official Documents (Parameters Curricular and National Laws of Guidelines and Bases), textbooks, teacher and educating.

INTRODUÇÃO

Devido ao fracasso dos alunos em provas que medem o aproveitamento do ensino de Língua Portuguesa torna-se urgente uma reflexão sobre as práticas pedagógicas. O que propõem a legislação com relação à leitura e a escrita e o que efetivamente se tem feito? As dificuldades enfrentadas pelas escolas públicas, no ensino dessas disciplinas têm se refletido nos índices de repetência, evasão e nos resultados das avaliações propostas anualmente pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC). Conforme Soares (2000,p.12), "a educação de língua materna deve atentar para o fato de que existe uma grande diferença semântica e prática entre alfabetização e letramento". Tudo indica que o letramento deve ser complemento da alfabetização, já que uma pessoa alfabetizada sabe ler e escrever. No entanto, decodificar uma língua não significa, necessariamente, saber fazer uso da leitura e da escrita em sua vida cotidiana e nas práticas sociais. Nessa perspectiva, a escola deve oferecer aos alunos a alfabetização junto com o letramento associando-as às práticas sociais e cidadãs. Assim, de acordo com ROJO:

> Ser letrado e ler na vida e na cidadania é muito mais que isso: é escapar da literalidade dos textos e interpretá-los, colocando-os em relação com outros textos e discursos, de maneira situada na realidade social; é discutir com os textos, replicando e avaliando posições e ideologias que constituem seus sentidos; é, enfim trazer o texto para a vida e colocá-lo em relação com ela. Mais que isso, as práticas de leitura na vida são muito variadas e dependentes do contexto, cada um deles exigindo certas capacidades leitoras e não outras.(ROJO,2003,p.1).

Tendo em vista estas colocações observa-se que, no Brasil, a alfabetização está ainda muito distante do que pode se considerar o ideal. A dificuldade dos alunos em relação à leitura e à escrita pode ser verificada através dos resultados de exames como Prova Brasil, Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM) e em exames internacionais como o PISA. No ano de 2000, verificou-se que os alunos não se saíram bem quando a resposta exigia níveis mais elevados de leitura. Quando as perguntas exigiam uma reflexão mais aprofundada, a grande maioria deixou de responder. Quanto ao ENEM, os resultados do ano de 2006, divulgados no início do corrente ano, revelam que os alunos dos ensinos Fundamental e Médio apresentam índices de acertos preocupantes. Houve uma queda considerável nas notas de Português e de outras disciplinas. De 100 pontos possíveis, a média do Ensino Médio em Língua Portuguesa ficou em aproximadamente 36,5 pontos.

Os estudos literários devem proporcionar aos alunos uma relação dialógica entre fatores sociais e estruturais. A Literatura não tem compromisso com a verdade, mas serve de ponte para o real. Enquanto a leitura não é só um diálogo entre os fatores sociais e as histórias de diversos momentos da sociedade, mas também o caminho para a compreensão de todas as outras disciplinas e ferramenta indispensável na construção da cidadania. Segundo CÂNDIDO:

> A literatura, como fenômeno de civilização, depende, para se constituir e caracterizar, do entrelaçamento de vários fatores sociais. Mas daí a determinar se eles interferem diretamente nas características de determinada obra, vai um abismo, nem sempre transposto com felicidade. (CÂNDIDO, 1975, p.12).

O homem é um ser social transmissor de cultura e conhecimento, dessa maneira a leitura é um meio de aquisição desse conhecimento e transmissão de cultura e costumes de uma época não vivenciada por ele. Poucos educandos a reconhecem como arte ou manifestação artística, no entanto, mesmo os que não gostam da disciplina, acreditam que ela seja importante no contexto escolar, pois contribui para o enriquecimento do vocabulário, o aprimoramento da escrita, o estudo interpretativo de textos, o conhecimento da história literária, etc. Não gostam, principalmente, quando a leitura está atrelada a datas ou a fatos históricos que exijam memorização da resposta pré-estabelecida. Muitas vezes não conseguem relacionar os fatos ao contexto geográfico, daí a importância de esclarecer certos aspectos antes de iniciar uma leitura. É prática rotineira separar as aulas de leitura das de gramática e outros temas, os professores evitam envolver a leitura, a literatura, a produção de texto e a gramática numa mesma atividade. No entanto, nas propostas dos PCN encontramos que os assuntos devem ser trabalhados de forma contextualizada e integrados, sempre que possível, inclusive a outras disciplinas, incentivando o raciocínio e a capacidade de aprender e de relacionar as informações entre si.

Nos PCN, o ensino de língua e as regras gramaticais devem ser apresentados ao aluno como subsídio para desenvolver suas habilidades discursivas, semânticas e de produção textual, de forma que ele saiba utilizar-se desse conhecimento para auxiliá-lo tanto no contexto escolar como no seu contexto social. Os livros e os educadores divergem dos PCN quando a leitura está associada não à identificação ou interação entre leitor e obra, mas à obrigação que resulta numa resposta única e universalizada. A abordagem concedida a essas obras, os exercícios interpretativos propostos pelo livro didático não atentam para a

capacidade criativa do aluno. Existe nas respostas um discurso autoritário que exige uma interpretação objetiva e fechada. Dessa forma, a construção de sentido fica resumida a uma objetividade excludente que homogeneíza e nega a diversidade. Em decorrência disso, torna-se cada vez mais difícil a formação de leitores capazes de compreender e atuar no contexto escolar e social.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (1997), os objetivos gerais de Língua Portuguesa para o ensino fundamental são: expandir o uso da linguagem em instâncias privadas e utilizá-las com eficácia em instâncias públicas, sabendo assumir as palavras e produzir textos -tanto orais como escritos- coerentes, coesos, adequados a seus destinatários, aos objetivos a que se propõem e aos assuntos tratados; utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam; conhecer e respeitar as diferentes variedades lingüísticas do português falado; compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz; utilizar a linguagem como instrumento de aprendizagem, sabendo como proceder para ter acesso, compreender e fazer uso de informações contidas nos textos; identificar aspectos relevantes; organizar notas; elaborar roteiros; compor textos coerentes a partir de trechos oriundos de diferentes fontes; fazer resumos, índices, esquemas, etc; Valer-se da linguagem para melhorar a qualidade de suas relações pessoais, sendo capazes de expressar seus sentimentos, experiências, idéias e opiniões, bem como de acolher, interpretar e considerar as dos outros, contrapondo-os quando necessário; usar os conhecimentos adquiridos por meio da prática de reflexão sobre a língua para expandirem as possibilidades de uso da linguagem e a capacidade de análise crítica; conhecer e analisar criticamente os usos da língua como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia.

DOCUMENTOS OFICIAIS E A INTERFERÊNCIA NA EDUCAÇÃO

Há uma barreira entre as perspectivas traçadas pelos PCN e as práticas concretas. Estas estão condicionadas e limitadas por fatores externos, que impedem a mudança na postura dos docentes em relação aos seus métodos de ensino. É bem verdade que não basta

uma boa teoria para que se tenha êxito na prática, mas esta última não se basta por si mesma. A prática sem a teoria é freqüentemente inadequada, no caso dos educadores, o domínio dos saberes e a cultura geral são adquiridos através de teorias que ficam armazenadas para serem experimentadas no momento oportuno.

À maneira como são planejados, os livros didáticos colocam o educador como agente impotente de uma didática que lhe é imposta. Nesse sentido, a organização do saber escolar responde às necessidades do contexto social de uma época, pois os conteúdos e as práticas pedagógicas sofrem a ação de fatores externos aos quais nem sempre conseguem contrapor-se. No caso específico do ensino de Língua, segue-se uma abordagem objetiva e sistemática na qual os assuntos são cobrados com perguntas que alcançam apenas a superficialidade do texto ou da obra, sem fazer qualquer correlação com outros conhecimentos. Sem a interferência teórico/prática do educador, o educando seguirá respondendo a questionamentos superficiais que demandam pouca ou quase nenhuma interferência intelectual.

O ensino está diante de duas questões: ensinar aos alunos a responder provas, expondo-os somente a superficialidade dos conteúdos que deveriam ser aprendidos ou ensiná-los a dialogar e a fazer pontes entre conhecimentos abstratos e concretos, nos quais teoria e prática estejam presentes no contexto da sala de aula? De um lado, a escola com métodos de ensino mais fechados, presos à abordagem dos conteúdos, de outro, os PCN, com uma proposta em que a Língua é colocada como instrumento de transformação social capaz de provocar inquietações e reflexões.

Há um desacordo entre as inovações pedidas nos PCN e a realidade no que se refere à formação do professor e ao material didático. Os professores fazem apenas menção dos conceitos já trazidos pelos livros didáticos, das características, mas não explicam como isso está disposto no texto e como esses conteúdos podem influenciar no seu cotidiano. Em geral, o olhar do professor para a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e os PCN é de desânimo. A grande maioria acha que o primeiro só serve para fazer política e o segundo, um documento um tanto “romântico” no sentido de que não condiz com a realidade da escola pública. Poucos tentam adequar as práticas de sua disciplina ao que nele é proposto, preferem a comodidade do livro adotado pela escola, mantendo uma postura tradicional. As aulas da 5ª série, por exemplo, baseiam-se, predominantemente, na leitura do livro em voz alta, cópia no caderno e resposta dos exercícios de interpretação, além dos exercícios de fixação gramatical. As

atividades realizadas com as séries seguintes não divergem muito. Nas aulas da 6ª série, por exemplo, o livro didático na maioria das vezes é o único material utilizado e o enfoque das aulas recai exclusivamente sobre a Gramática Normativa que segundo GERALDI:

> Parece-me que o mais caótico da atual situação do ensino de língua portuguesa em escolas de primeiro grau consiste precisamente no ensino, para alunos que nem sequer dominam a variedade culta, de uma metalinguagem de análise dessa variedade com exercícios contínuos de descrição gramatical, estudo de regras e hipótese de análise de problemas que mesmo especialistas não estão seguros de como resolver. (GERALDI, 1997, p.45).

Revistas ou jornais em sala de aula só são usados para fazer recorte e colagem de palavras como exercícios de ortografia, porque trazem uma linguagem que a maior parte dos educandos não compreende. Outro aspecto interessante é que atividades mais complexas e interessantes que o livro possa trazer são deixadas de lado porque exige tempo e maior atenção por parte do professor. Os exercícios centrados na decodificação, na retirada de informações e em análises superficiais do texto são mais simples e a maioria das perguntas estão de acordo com a seqüência do texto, o que torna os exercícios meras cópias em seqüência, como se os alunos precisassem da ordem para entender e responder a cada pergunta. Até mesmo a quantidade de linhas que cada aluno deve utilizar para responder às questões é estipulado, o que limita a escrita e tolhe a liberdade de expressão do aluno. Segundo os PCN de Língua Portuguesa (1997):

> Se o objetivo é que o aluno aprenda a produzir e a interpretar textos, não é possível tomar como unidade básica de ensino nem a letra, nem a sílaba, nem a palavra, nem a frase que, descontextualizada, pouco tem a ver com a competência discursiva, que é questão central. Dentro desse marco, a unidade básica de ensino só pode ser o texto, mas isso não significa que não se enfoquem palavras ou frases nas situações didáticas específicas que o exijam.(PCN, 1997, p.36).

Antes de 1990, as taxas de repetência eram alarmantes podendo, segundo as estatísticas do IBGE, ser comparadas aos países africanos; essas pesquisas mediam aspectos variados da sociedade, a cada dez anos. Em 1988 foi criado o SAEB[1] que é aplicado a cada dois anos desde 1990 e avalia o desempenho dos alunos de 4º e da 8º séries do ensino fundamental e da 3º série do ensino médio. Baseiam-se na disciplina de Língua Portuguesa com foco na leitura e na de Matemática com foco na resolução de problemas, o chamado raciocínio lógico. Além dessa medida, surgiram outros índices como: ENEM, a PROVA BRASIL e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), o mais novo e mais completo instrumento de avaliação da educação brasileira.

A PROVA BRASIL foi criada em 2005, ano de sua primeira aplicação e envolve alunos de 41000 escolas públicas de ensino fundamental do país. Criada para nortear as decisões dos governantes e gestores do ensino público, a PROVA BRASIL produz informações sobre a qualidade do ensino oferecido por município e escola, individualmente, estabelecendo um ranking nacional das escolas públicas. O IDEB é um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho, confrontando as notas dos estudantes na PROVA BRASIL ou no SAEB[1] com a taxa de aprovação dos alunos. Esse índice possibilita monitorar com precisão o sistema de ensino do País, fornecendo um diagnóstico e estabelecendo metas para os municípios, através de um processo de cobrança e incentivo à melhoria da qualidade do ensino. As escolas que superam as metas recebem mais incentivos, em forma de verbas suplementares. Com isso, o MEC pretende que o Brasil atinja o nível de países desenvolvidos em 15 anos.

A tabela abaixo mostra o índice nacional do IDEB, tendo como ano base 2005:

IDEB 2005 e Projeções para o **BRASIL**

	Anos Iniciais do Ensino Fundamental		Anos Finais do Ensino Fundamental		Ensino Médio	
	2005	2021	2005	2021	2005	2021
TOTAL	3,8	6,0	3,5	5,5	3,4	5,2
Localização						
Urbana	4,0	6,2	-	-	-	-
Rural	2,7	4,9	-	-	-	-
Dependência Administrativa						
Pública	3,6	5,8	3,2	5,2	3,1	4,9
Federal	6,4	7,8	6,3	7,6	5,6	7,0
Estadual	3,9	6,1	3,3	5,3	3,0	4,9
Municipal	3,4	5,7	3,1	5,1	2,9	4,8
Privada	5,9	7,5	5,8	7,3	5,6	7,0

Fonte: Saeb 2005 e Censo Escolar 2005 e 2006. (http://ideb.inep.gov.br/Site/):

[1] Saeb é uma ação do Governo Brasileiro, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, na sua Diretoria de Avaliação da Educação Básica – Daeb, sendo um dos mais amplos esforços empreendidos em nosso País no sentido coletar dados sobre alunos, professores, diretores de escolas públicas e privadas em todo o Brasil. (http://www.inep.gov.br/basica/saeb/perguntas_frequentes.htm)

A diferença entre o desempenho das zonas urbanas e rurais já era de se esperar, devido às condições logísticas. Mas nas Dependências Administrativas pode-se verificar que as escolas privadas e as escolas federais estão dentro dos níveis desejados internacionalmente. Calcula-se que nas escolas da rede privada exista excelente estrutura física; as suas coordenações fazem um acompanhamento adequado para o aluno, elaborando periodicamente testes (vestibulinhos) à semelhança das provas oficiais e tendo como resultado a aprovação de boa parte de seus alunos. Possuem estrutura administrativa leve e a remuneração dos seus profissionais é determinada pelo mercado, sendo mais valorizado os professores dos terceiros anos do ensino médio e pré-vestibular. Mas quando comparamos as escolas federeis, estaduais e municipais: qual a diferença? Porque os números são tão diferentes?

Sergipe apresenta índices bem abaixo da média nacional, e as projeções indicam que em 2021 não atingirá os padrões nacionais de média 6,0. Comparando com os estados da região Norte, está melhor que o Pará no item “Anos Iniciais do Ensino Fundamental”, melhor que o Amazonas nos “Anos Finais do Ensino Fundamental” e no “Ensino Médio” melhor que os estados do Amazonas, Amapá e Pará.

IDEB 2005 e Projeções para Rede Estadual - **Sergipe**

Fases de Ensino	2005 (Observado)	Projeção do IDEB							
		2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais do Ensino Fundamental	3,0	3,1	3,4	3,8	4,1	4,4	4,7	5,0	5,3
Anos Finais do Ensino Fundamental	2,9	2,9	3,0	3,3	3,7	4,1	4,4	4,6	4,9
Ensino Médio	2,8	2,9	3,0	3,1	3,4	3,7	4,2	4,4	4,7

Fonte: Saeb 2005 e Censo Escolar 2005 e 2006. (http://ideb.inep.gov.br/Site/)

IDEB 2005 e Projeções para Rede Municipal - **ARACAJU**

Ensino Fundamental	2005 (Observado)	Projeção do IDEB							
		2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Anos Iniciais	2,9	3,0	3,3	3,7	4,0	4,3	4,6	4,9	5,2
Anos Finais	2,5	2,6	2,8	3,2	3,6	4,1	4,3	4,6	4,9

Fonte: Prova Brasil 2005 e Censo Escolar 2005 e 2006. (http://ideb.inep.gov.br/Site/)

Também como já era de se esperar, o Nordeste é a região que apresenta os piores índices nacionais; mesmo estados com melhores condições econômicas como o Ceará, Pernambuco e a Bahia, os índices são baixíssimos, flagrante fracasso nas tentativas educacionais. O Estado de Sergipe em relação às demais regiões do país perde para quase todos os outros estados. A cidade de Aracaju apresentou resultado próximo da média de Sergipe nos anos iniciais do Ensino Fundamental, apenas Lagarto obteve nota acima da média estadual: 3,2 no item "anos finais do Ensino Fundamental". O município que mais se destaca é Campo do Brito que obteve nota 3,2 nos dois níveis do Ensino Fundamental.

Esses índices indicam a péssima qualidade de ensino destinada aos alunos da rede estadual e municipal. Uma das conseqüências dessa baixa qualidade é paradoxalmente a alta taxa de retenção dos alunos no sistema. No terceiro ano do ensino médio os alunos ainda têm grandes dificuldades para resolver problemas porque não interpretam bem os textos. Há estatísticas de que os alunos que estão na quarta série do ensino fundamental, aproximadamente a metade, apresentam nível esperado para alunos até a segunda série. Da outra metade só 5% estão com o nível esperado, os outros 45% estão com nível de aluno da segunda série. Na oitava série, aproximadamente 4% ainda estão com nível esperados para alunos até a segunda série; perto de 55% estão com nível esperado para a segunda série, 40% estão com nível de quarta série e somente cerca de 1% estão com o nível esperado para alunos da oitava série do ensino fundamental. É preocupante esse quadro, pois temos alunos que sabem copiar, mas não sabem o que estão copiando; existem alunos que não conseguem ler em voz alta de forma clara; é como se eles estivessem ainda aprendendo a ler. Segundo LIBÂNEO:

> No mundo todo estão sendo implantadas reformas educacionais para adequar o sistema de ensino às mudanças na economia e na sociedade. Uma das palavras-chave é qualidade. Qualidade da escola refere-se tanto a atributos ou características da sua organização e funcionamento quanto ao grau de excelência baseado numa escala valorativa (a qualidade desta escola é ruim, medíocre, boa, excelente). Embora haja uma grande diversidade de opiniões entre os educadores, administradores e pais sobre critérios de qualidade das escolas, os profissionais de cada escola precisam estabelecer um consenso mínimo sobre o padrão de qualidade que orientará seu trabalho. (LIBÂNEO, 2004, p.53).

O livro didático é elaborado com o intuito de ser um instrumento para transmissão da herança cultural. É por meio desse recurso que é passado, não só o saber escolar, mas também uma seleção de valores considerados significativos para a formação do indivíduo. O manual

didático representa um conjunto de necessidades, determinações e paradigmas construídos por grupos sociais, através de sua sistematização é que são articuladas as aulas das diversas disciplinas. Os livros, de uma maneira geral, seguem sempre a mesma organização, a seleção textual dos livros adotados não tem colaborado para a ampliação do conhecimento dos diversos gêneros pelo educando.

De acordo com as propostas da LDB e dos PCN, os livros deveriam proporcionar ao aluno o contato não só com os textos de uma esfera social, mas com as várias produções dos diferentes segmentos. No art. 3.º da LDB: "pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas" (BRASIL, 1996), no entanto, há nos livros didáticos, a valorização de algumas culturas em detrimento de outras, que sequer são mencionadas por serem consideradas menos importantes. Se atendido o artigo supracitado, o universo escolar daria lugar a outras manifestações culturais, mostrando que é através dos contrastes que é possível a construção da individualidade e da identidade. A abertura do manual didático, e conseqüentemente do professor, possibilitaria ao aluno fazer suas escolhas sem receio de ser recriminado por elas, criando e assumindo suas preferências, diferente do que ocorre atualmente, em que elas são determinadas pelo livro. Essa imposição prejudica a capacidade de construção do gosto individual do aluno, uma vez que este é levado a apreciar um estilo pré-determinado. Diversos estudos vêm sendo articulados em função de promover essa aproximação em virtude da proporcionalidade de qualidade para fazer educacional brasileiro. Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais:

> permite compensar a pressão do tempo que é inerente à instituição escolar, tornando possível distribuir os conteúdos de forma mais adequada à natureza do processo de aprendizagem [...] e possibilita as aproximações sucessivas necessárias para que os alunos se apropriem dos complexos saberes que se intenciona transmitir. (PCN,1997,p.42)

Os debates, não só dos PCN como também de toda legislação para a educação, precisam ser realizados com mais intensidade e seriedade. O conhecimento tem presença aprovada em qualquer projeção que se faça do futuro. Por isso há uma concordância de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. As perspectivas para a educação são otimistas, mas a pergunta que se faz é: qual educação, qual escola, qual aluno, qual professor? A análise dessa legislação e a identificação da sua presença na pedagogia contemporânea podem constituir-se num grande programa a ser desenvolvido hoje

em torno das "perspectivas atuais da educação". Não se pretende aqui dar respostas definitivas, mas incentivar os debates sobre as perceptivas atuais da educação. Dentro de uma visão otimista e crítica daqueles que se interessam por uma educação voltada para o futuro, deixando de lado o pessimismo e a ingenuidade.

PROGRESSOS OU RETROCESSOS

Uma educação para o futuro é uma educação sustentável; esse tema deverá dominar muitos debates educativos das próximas décadas. O processo da globalização está mudando a política, a economia, a cultura, a história e, portanto, também a educação. É um tema que deve ser enfocado sob vários prismas. Para pensar a educação do futuro é necessário refletir sobre vários aspectos, inclusive os legais.

Educar para a cidadania ativa tornou-se hoje projeto e programa dos sistemas educacionais. O Desenvolvimento integral da pessoa: inteligência, sensibilidade, sentido ético e estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade, pensamento autônomo e crítico, imaginação, criatividade e iniciativa. Para isso não se deve negligenciar nenhuma das potencialidades de cada indivíduo. Todas as iniciativas indicam o surgimento de temas com importantes conseqüências para a educação.

As categorias clássicas na explicação do fenômeno da educação constitui-se, até hoje, no paradigma mais consistente para analisar o fenômeno da educação. Elas não podem ser negadas ou desprezadas como categorias ultrapassadas, pois ajudarão muito na leitura do mundo da educação atual. Essa é a tendência, a abordagem de temas transversais (ética, ecologia, cidadania, saúde, diversidade cultural) nos Parâmetros Curriculares Nacionais, que exigem equipes interdisciplinares e trabalho em projetos comuns. Segundo GADOTTI

:

> É indissociável do aprender a conhecer. O fazer deixou de ser puramente instrumental. Nesse sentido, vale mais hoje a *competência pessoal* que torna a pessoa apta a enfrentar novas situações de emprego, mas apta a trabalhar em equipe, do que a pura *qualificação profissional*. Hoje, o importante na formação do trabalhador, também do trabalhador em educação, é saber trabalhar coletivamente, ter iniciativa, gostar do risco, ter intuição, saber comunicar-se, saber resolver conflitos, ter estabilidade emocional. Essas são, acima de tudo, *qualidades humanas* que se manifestam nas relações interpessoais mantidas no trabalho. A flexibilidade é essencial. Existem hoje perto de 11 mil funções na sociedade contra

> aproximadamente 60 profissões oferecidas pelas universidades. Como as profissões evoluem muito rapidamente, não basta preparar-se profissionalmente para um trabalho. (GADOTTI,2000,p.37)

A construção do conhecimento é um processo de desenvolvimento individual e não há idade para se educar, a educação se estende pela vida por isso deve ser permanente, sustentável e voltada para o desenvolvimento social. As mudanças que vêm de dentro das escolas são mais duradouras. O educador é um mediador do conhecimento, diante do aluno que precisa construir seu próprio conhecimento, para isso, também precisa ser curioso, buscar sentido para o que faz e apontar novos sentidos para o que fazer dos seus alunos. Seja qual for a perspectiva que a educação contemporânea venha a tomar, uma educação voltada para o futuro será sempre uma educação contestadora, disposta a superar limites. O conhecimento é o grande capital da humanidade, ele é básico para a sobrevivência, por isso deve ser disponibilizado a todos.

Tanto a LDB quanto os PCN buscam uma uniformidade nos sistemas de ensino para que todos possam contar com uma estrutura básica muito parecida. Este possível nivelamento permite que se apliquem provas como as do ENEM e a Prova Brasil. O resultado apresentado pelos gráficos do INEP aponta que o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de qualidade. As diretrizes teóricas não apresentam a consistência necessária para indicar caminhos realmente seguros numa época de profundas e rápidas transformações. As práticas de educação devem instrumentar para o conhecimento sustentável no qual se reflitam valores de solidariedade, de reciprocidade e novas formas alternativas para as práticas de educação.

Nos livros didáticos, é constante a recorrência de resumos comentados das principais obras para facilitar a compreensão do aluno. Contudo, essa organização dos livros diminui a possibilidade de leitura da obra literária inteira. Essa apresentação condensada do texto literário passa para o aluno a impressão de que não é preciso fazer outros questionamentos e que a leitura de um resumo é suficiente. Um hábito que torna o aluno dependente de interpretações prontas, sendo ele um leitor incapaz de construir seu próprio significado. Nesses livros, o produto deveria ser o reflexo de um contexto social, político, econômico e cultural. No entanto, as reais propostas educacionais ainda estão mal representadas. Talvez seja preciso investir mais em qualificação do corpo docente para prepará-los para a supervisão

dos livros didáticos para que estes falem como se presume as leis e como se sugerem os Parâmetros Curriculares Nacionais.

A meta dos PCN é consolidar a cidadania através do bom aprendizado da língua materna. O conhecimento de estratégias de leitura surge como agente instrumentador indispensável na conquista do mercado de trabalho, da consciência eleitoral, da participação como consumidor e fiscal de seus direitos.Ensinar Língua Portuguesa é mais do que cobrar um mecanismo de imposição de regras organizadoras da variante padrão culta; a boa interpretação é pré-requisito para a mobilidade social. Segundo BRITO:

> Não é função dos PCNs ser uma espécie de receituário ao professor ou uma espécie de agenda de suas aulas, indicando-lhe com que atividade começar ou terminar a jornada. Eles pretendem expor metas de qualidade, deixando sempre claro o objetivo maior, que é formar cidadão pensante e consciente de seus direitos e deveres. Isso se faz com a participação de todos os envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem, e acima de tudo, com as demandas e respostas do aluno, respeitando seu dia a dia, isto é, sua realidade sociocultural. O ensino ideal não é aquele que é imposto, mas aquele que nasce da relação dialógica de professores, alunos, pais, comunidade, enfim, de todos os elementos, humanos e materiais, que integram o cotidiano escolar.(BRITO,2003,p.11)

O que se percebe atualmente na prática pedagógica é um grande comodismo frente à situação vigente nas escolas. E é na tentativa de modificar este cenário que se busca enfatizar, na escola, a importância da figura do professor, porém, não daquele professor subjugado por concepções e abordagens ultrapassadas ou tendências conservadoras que propõem conteúdos e metodologias que continuam produzindo indivíduos sem senso crítico, seguidores das ideologias do professor por desconhecerem outras. Ao se fazer a análise do professor de hoje das instituições de ensino, acredita-se, que para as exigências do século XXI, faz-se necessária a presença de um professor inovador que venha atender às necessidades deste novo século.

No aprender a aprender, o professor é visto como educando em potencial, pois parte-se do princípio de que quem educa também aprende. Sob esse prisma, seu papel é o de colaborador para com a aprendizagem do aluno, mantendo diálogos com ele e constituindo-se na ponte entre o texto, o contexto e o seu produto, colaborando para que ocorra integração nos mais diferentes níveis. Nos livros, percebe-se que, apesar de alguns autores abrirem uma janela para atender às propostas do documento, os conteúdos abordados ainda mostram uma

continuação dos moldes tradicionais. Através dos exercícios contidos nos livros, vê-se uma predominância do contexto histórico, superficial e generalizado que cria um ritmo vicioso de respostas. De um modo geral, assim como as práticas educativas, os livros sofreram poucas alterações depois da publicação dos PCN.

Essas reflexões constituem eixos e, ao mesmo tempo, orientam todos os que pensam e fazem educação, e que não poderiam deixar de estar preocupados com o futuro dos educandos. Para que realmente haja inovação, uma das primeiras providências é a revisão dos currículos, numa ampla discussão coletiva dos professores dentro das instituições acadêmicas tornando-os mais próximos da realidade e das exigências da sociedade. A escola tradicional está muito focada no ensino e no professor que transmite a informação. Neste novo século, o foco passa do ensino para a aprendizagem, levando o aluno a aprender a investigar a informação.

Os progressos, na educação, ficam por conta do respaldo legal e da sustentação teórica constantes nos documentos oficiais. É o resultado de escolhas bem pensadas entre os envolvidos nos processos de ensino-aprendizagem. Porém sua aplicação exige a transformação no papel do professor e seu modo de atuar. Este deve voltar-se para a análise e compreensão da realidade multifacetada, bem como para a busca de maneiras de agir pedagogicamente diante dela. Este professor vai precisar de capacidade de análise crítica da sociedade e de competências técnicas que o ajudem a compreender e organizar a lógica construída pelo aluno mediante sua vivência no meio social.

Hoje existe a necessidade social e individual de uma mentalidade diferente. Pensar desta forma não é simples, porque fomos preparados de modo diferente. Fomos preparados para reproduzir o passado, para separar nossos pensamentos e nossas ações, e para ter uma compreensão linear e apenas racional dos fatos - concebendo assim a imutabilidade daquilo que conhecemos. Os PCN apontam para um educar dinâmico, no entanto, a maioria dos sistemas de ensino vive no passado. O modelo educacional ainda é baseado na transmissão de conhecimento, o qual concebe o aluno passivo, sem capacidade crítica e reflexiva, com uma visão de mundo segundo a que lhe foi transmitida.

A escola pode ser mais um espaço onde o ambiente de aprendizagem pode ser recriado propiciando ao aluno vivenciar e desenvolver habilidades compatíveis com seus próprios

interesses e com as necessidades atuais da sociedade. Para isso é preciso ter professores capazes de atuar e de recriar ambientes de aprendizagem. Isto significa formar professores críticos, reflexivos, autônomos e criativos para buscarem novas possibilidades, novas compreensões, em vista a contribuir para o processo de mudança do sistema de ensino, constantes na LDB e nos PCN.

Os retrocessos residem no fato de o educador resistir diante das mudanças, sem nem ao menos pensar em se debruçar sobre as propostas na tentativa de transformá-las em prática. A maneira de utilizar a teoria depende de encaminhamento que será dado a ela podendo transformá-la em mais um instrumento de apoio na construção do conhecimento. A inovação está assentada em usar métodos e estratégias para provocar aprendizagens significativas. Para isso é necessário que o professor construa sua autonomia, e vivencie diversas formas de aprendizagem bem como a utilização de tecnologias com objetivos pedagógicos. Neste sentido, a formação do professor é aqui entendida como um processo que se dá diariamente e está baseado em todas as suas experiências, vivências e relações, pois esta formação continua na prática, mediante os desafios que se lhe apresentam no dia-a-dia, na relação com os alunos e outros professores, na reflexão sobre a prática e na discussão das teorias, das experiências e dos conflitos.

Diante do atual estado de precariedade existente no sistema de ensino, fator histórico de retrocessos, há a necessidade e a urgência de investir qualitativamente neste processo. Os problemas existentes no sistema de ensino hoje expressam a saturação de um paradigma educacional que não atende mais o momento em que vivemos, onde as novas idéias e valores estão emergindo nos vários segmentos da sociedade. Os meios de produção e de serviço estão mudando e já é comum a existência de vagas no mercado que não são preenchidas por falta de profissional qualificado.

A criatividade deve ser considerada um processo dinâmico, ágil e flexível que deve ser cultivado, e por isso, deve-se contemplar outros espaços, não apenas as salas de aulas. O encontro entre a teoria e a prática caracteriza uma opção que busca equilíbrio entre os pressupostos teóricos e práticos numa interdependência direta. Dentro dessa nova visão, o foco de ensinar muda para o de aprender, por meio da reconstrução do conhecimento. Portanto, o principal desafio que se impõe à prática pedagógica, é o aprender a aprender e o desenvolvimento da autonomia é o primeiro passo para que isso aconteça.

Com uma prática pedagógica assentada para a construção e reconstrução do conhecimento, torna-se necessário colocar recursos disponíveis para que o aluno consiga esclarecer sua mente numa atitude crítica diante da vida. E para que essa prática pedagógica aconteça, há necessidade de aliar o aprender a aprender às contribuições significativas das correntes pedagógicas inovadoras, as quais apontam para uma aliança entre a abordagem progressista, a holística e a do ensino com pesquisa.

O momento exige uma transformação no papel do professor e do seu modo de atuar, algo que faça com que ele se volte para a análise e a compreensão da realidade, bem como para a busca de maneiras de agir pedagogicamente diante das dinâmicas atuais. Aprendendo mediante os desafios que se lhe apresentam no dia-a-dia, na relação com os alunos e com outros professores, na reflexão sobre a prática e na discussão das teorias, das experiências e dos conflitos. Perceber as reinvenções pedagógicas, os valores e a complexidade do cotidiano, além da autonomia com que as alternativas são criadas nas salas de aula.

Os educadores devem lutar para recuperar o ensino de modo a torná-lo interessante e que ao mesmo tempo vá ao encontro do interesse dos alunos, considerando sua cultura, sua realidade e sua vontade de tentar mudar. Daí a importância de estimular as reflexões, as críticas, expondo as contradições no sistema educacional, visando uma mudança a partir da conscientização. O saber é um dos produtos da ação transformadora do homem sobre a natureza e as relações sociais. A aquisição desse saber é uma necessidade humana para a ampliação do desenvolvimento e das atividades materiais e sociais.

REFERÊNCIAS

BRASIL**. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC,1996

_____.Parâmetros Curriculares Nacionais. Ministério da Educação e do Desporto- Secretaría de Educação Fundamental, Brasília: MEC,1997.

BRITO, Eliana Vianna(org). **PCNs de Língua Portuguesa a prática em sala de aula**.São Paulo:Ed. Arte & Ciência, 2003.

CÂNDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. 4. ed. São Paulo: Editora Nacional,1975.

_____. **Formação da literatura brasileira**.6.ed.Belo Horizonte:Itatiaia,2000.

GADOTTI, Moacyr. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GERALDI, João Wanderlei.(Org.). **O texto na sala de aula**.São Paulo: Ática, 1997.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática.Goiania/GO:Alternativa, 2004.

POSSENTI, Sírio. **Sobre o ensino de português na escola**. In GERALDI, João Wanderlei(Org). O texto na sala de aula. São Paulo:Ática, 1997.

ROJO, Roxane. **Letramento e Capacidade de leitura para a cidadania**. LAEL/PUC- SP.

SOARES, Magda Becker.**Letramento em texto didático**: o que é letramento e alfabetização Belo Horizonte:Ed.Autêntica, 2000.

http://br.geocities.com/joaolucasbarbosa/Ensino/texto25maio2.pdf

http://ideb.inep.gov.br/Site/

http://www.inep.gov.br/imprensa/noticias/outras/news07_11.htm

http://www.paulofreire.org/